

## **Direito Internacional e Crises Humanitárias: A Atuação do Tribunal Penal Internacional no Conflito do Sudão, de Darfur à Guerra Civil Atual**

### **Autor(res)**

Andrezza Feltre Da Cunha Peixoto

Fabiane Vitória Silva Santos

Habib Ribeiro David

Felipe De Almeida Campos

### **Categoria do Trabalho**

Trabalho Acadêmico

### **Instituição**

CENTRO UNIVERSITÁRIO ANHANGUERA

### **Introdução**

O Sudão, localizado na África Oriental, enfrenta há décadas conflitos internos de grande complexidade. A região de Darfur foi palco de grave crise humanitária, marcada por denúncias de genocídio, crimes contra a humanidade e guerra civil. Desde 2023, o país vive novo confronto entre as Forças Armadas Sudanesas (SAF) e a Força de Apoio Rápido (RSF), resultando em deslocamentos forçados, fome e inúmeras violações de direitos humanos. Este resumo analisa o conflito sob a ótica do Direito Internacional, com ênfase nos campos do Direito Penal Internacional, do Direito Internacional Humanitário e dos Direitos Humanos, destacando a atuação do Tribunal Penal Internacional e a responsabilidade penal individual pelos crimes cometidos.

### **Objetivo**

O objetivo do estudo é analisar o conflito armado a crise humanitária no Sudão, especialmente na região de Darfur e na atual guerra civil entre as Forças Armadas Sudanesas (SAF) e a Força de Apoio Rápido (RSF), sob a perspectiva do Direito Internacional. Busca-se compreender as causas conflito, a atuação do Tribunal Penal e de outros organismos internacionais na responsabilização dos envolvidos.

### **Material e Métodos**

A pesquisa adota uma abordagem qualitativa e exploratória, com base em revisão bibliográfica e documental sobre o conflito do Sudão, especialmente na região de Darfur e na guerra civil iniciada em 2023. Foram analisados relatórios oficiais de organismos internacionais, como a Organização das Nações Unidas (ONU) e a Corte Penal Internacional (CPI), além de artigos científicos, documentos jurídicos e publicações especializadas sobre Direito Internacional Humanitário, Direito Internacional dos Direitos Humanos e Direito Penal Internacional. O estudo considera ainda as resoluções do Conselho de Segurança da ONU, o Estatuto de Roma e relatórios de organizações como Human Rights Watch e Parliamentarians for Global Action, buscando identificar a atuação e os desafios dos mecanismos internacionais de responsabilização penal. A

## IV ENCONTRO DE PESQUISA JURÍDICA: O DIÁLOGO ENTRE A SOCIEDADE, O ESTADO E A CONSTITUIÇÃO – SÉRIE ESPECIAL CRISES E CONFLITOS INTERNACIONAIS, Ed. 7, Ribeirão das Neves/MG

---

metodologia permitiu examinar a efetividade do sistema jurídico internacional na proteção das populações civis e na punição dos crimes de guerra e genocídio.

### Resultados e Discussão

A guerra no Sudão resulta de fatores históricos, étnicos, políticos e econômicos, com tensões de décadas entre o governo central em Cartum e regiões periféricas, como Darfur, motivadas por desigualdades de poder, disputas por recursos naturais e marginalização de grupos não árabes. Conflitos religiosos e a atuação de milícias paramilitares, agravaram a violência sistemática contra civis. A instabilidade política recente, após a queda de Omar al-Bashir, intensificou confrontos entre as Forças Armadas Sudanesas (SAF) e a Força de Apoio Rápido (RSF). O conflito gerou deslocamentos forçados de milhões, assassinatos em massa, estupro, tortura, destruição de infraestrutura, colapso de serviços básicos, insegurança alimentar e desestabilização regional. Apesar de mandados de prisão emitidos, muitos responsáveis não foram julgados, evidenciando impunidade e fragilidade do Direito Internacional.

### Conclusão

A análise do conflito no Sudão evidencia que o Direito Internacional é essencial para compreender, prevenir e responsabilizar crimes, apesar das limitações práticas. A atuação da Corte Penal Internacional e de organismos internacionais protege civis e pune culpados. Evitar crises futuras depende da cooperação internacional, do fortalecimento de mecanismos nacionais e da ampliação da jurisdição da CPI, garantindo responsabilização efetiva.

### Referências

- Relatório da Missão de Investigação da ONU sobre o Sudão (2024). Este relatório detalha as violações de direitos humanos em Darfur e recomenda ações para responsabilização
- [https://www.cidp.pt/revistas/rjlb/2016/5/2016\\_05\\_1211\\_1235.pdf](https://www.cidp.pt/revistas/rjlb/2016/5/2016_05_1211_1235.pdf)
- <https://www.google.com/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=&cad=rja&uact=8&ved=2ahUKEwRzvSu0o-QAxWrJUCHUReB10QFnoECBgQAQ&url=https%3A%2F%2Frelacoesexteriores.com.br%2Fdesafiosdireitos-humanos-darfur%2F&usg=AOvVaw3f>
- [https://www.google.com/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=&cad=rja&uact=8&ved=2ahUKEwRzvSu0o-QAxWrJUCHUReB10QFnoECCKQAQ&url=https%3A%2F%2Fwww.cfr.org%2Fglobal-conflict-tracker%2Fconflict%2Fpower-strugglesudan&usg=AOvVaw3P25kS9NayJyEHZrGI4L\\_0&opi=89978449](https://www.google.com/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=&cad=rja&uact=8&ved=2ahUKEwRzvSu0o-QAxWrJUCHUReB10QFnoECCKQAQ&url=https%3A%2F%2Fwww.cfr.org%2Fglobal-conflict-tracker%2Fconflict%2Fpower-strugglesudan&usg=AOvVaw3P25kS9NayJyEHZrGI4L_0&opi=89978449)